Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 16 Nº 33, Jul - Dez de 2024
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Rumo à Integração? A internacionalização da TV pública brasileira como estratégia de política externa durante o governo Lula (2003-2010)

Towards Integration? The Internationalization of Brazilian Public Television as a Foreign Policy Strategy during Lula's Government (2003-2010)

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira[*]
Aline Mendes[**]

Resumo: Durante o governo Lula (2003-2010), a cultura passou a ocupar um papel estratégico central na agenda da política externa brasileira. Com a adoção de uma política externa ativa e assertiva, o Brasil buscou, não apenas fortalecer suas relações com os países da América do Sul, mas também projetar uma imagem positiva da nação na região. Nesse contexto, o governo criou o canal televisivo internacional *TV Brasil Integración*, com o objetivo de apoiar a política externa do Brasil, especialmente na América do Sul. Este artigo utiliza o estudo de caso da *TV Brasil Integración* para analisar como o canal foi utilizado como ferramenta da política externa brasileira durante esse período. Demonstramos que a *TV Brasil Integración* desempenhou um papel importante na tentativa de construção de vínculos culturais entre os países da região, visando contribuir para a promoção da integração regional e o fortalecimento da posição do Brasil regionalmente. Por fim, concluímos que a descontinuação do canal em 2010 refletiu uma possível reorientação da política externa brasileira, com a redefinição de prioridades tanto na agenda quanto nas regiões.

Palavras-chave: Diplomacia Cultural; Política Externa Cultural; Governo Lula (2003-2010)

[*] Professora Adjunta no Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DRI-UERJ) e professora do corpo Permanente do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). Doutora em Economia Política Internacional (Ciência Política e Relações Internacionais) pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ).
[**] Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF) e mestre pela mesma instituição. Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ) e Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Abstract: During Lula's government (2003-2010), culture became a central strategic element in Brazil's foreign policy agenda. With the adoption of an active and assertive foreign policy, Brazil sought not only to strengthen its relations with South American countries but also to project a positive image of the nation in the region. In this context, the government created the international television channel TV Brasil Integración to support Brazil's foreign policy, particularly in South America. This article uses the case study of TV Brasil Integración to analyze how the channel was employed as a tool of Brazilian foreign policy during this period. We demonstrate that TV Brasil Integración aimed play a key role in building cultural ties between the countries in the region, contributing to regional integration and strengthening Brazil's position. Finally, we conclude that the channel's discontinuation in 2010 reflected a potential reorientation of Brazilian foreign policy, with a redefinition of priorities both in terms of its agenda and the regions.

Keywords: Cultural Diplomacy; Cultural Foreign Policy; Lula Administration (2003-2010)

Introdução

Em 2024, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) lançou a TV Brasil Internacional, por meio da disponibilização gratuita do conteúdo da TV Brasil pela internet e pela plataforma de *streaming*[1] para 12 países, sendo eles Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Guiana Francesa, Guiana e Suriname. (AGÊNCIA BRASIL, 2024). Para o diretor-presidente da EBC, o enfoque dessa internacionalização era alcançar um público de cerca de 4,5 milhões de brasileiros vivendo no exterior, que careceriam de conteúdo de emissoras brasileiras para se informar e se (re)aproximar do Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Com sua (re)ascensão ao poder em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou seu interesse em criar um canal de TV internacional para o Brasil a partir de duas motivações centrais: (i) a falta de notícias brasileiras com alcance regional, predominando o acesso às informações sobre o país por agências estrangeiras ou pela Telesur - canal de TV venezuelano com ampla transmissão internacional -, e (ii) o interesse por "mostrar a cara do Brasil" para o mundo e para a diáspora brasileira na

[1] É uma forma de distribuição digital de produtos midiáticos. No caso do *streaming* da TV Brasil é um serviço gratuito que contém a programação televisiva do canal, além de outras produções audiovisuais.

região sul-americana por meio da projeção da cultura do país. Como argumenta o presidente brasileiro: "é preciso fazer propaganda das coisas bonitas, das coisas boas que o país tem. Temos culinária extraordinária, cultura, música, museus, florestas, praia de monte" (LULA, 2023)[2]. Apesar desses interesses pela internacionalização da TV pública brasileira no exterior por meio da TV Brasil em 2024, ainda nos primeiros mandatos entre 2003 e 2010, Lula havia iniciado um processo semelhante. Esses interesses, pautados no compartilhamento de notícias e na busca por "mostrar o Brasil para o mundo", estavam presentes com a criação da TV *Integración*. Nesse sentido, a dimensão cultural ocupou uma posição central na agenda de política externa dos primeiros dois mandatos de Lula (2003-2010), sendo concebida não apenas como um instrumento de promoção da imagem do país, mas também como uma ferramenta para fortalecer vínculos com outras nações do Sul Global. Afinal, no início do século XXI, com a adoção de uma política externa voltada para a diversificação de parcerias (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) e o fortalecimento de laços com países em desenvolvimento e do Sul Global (AMORIM, 2003; LULA, 2003), o Brasil direcionou esforços significativos para um projeto de aproximação com a América do Sul e, especialmente no segundo mandato, com o continente africano. O enfoque na dimensão cultural e na integração regional foi particularmente relevante em um contexto marcado pela ascensão de um novo regionalismo de caráter progressista na América do Sul. Esse regionalismo foi impulsionado pela chegada ao poder de governos de esquerda, como os de Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, entre outros. Esses governos compartilhavam uma agenda voltada para a integração regional, buscando maior autonomia em relação aos centros tradicionais de poder global e promovendo políticas de desenvolvimento social e econômico inclusivo na região.

Portanto, o presente artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: como a TV Brasil *Integración* foi utilizada como instrumento da diplomacia cultural e política cultural externa brasileira para promover uma imagem positiva do país e a integração regional na América do Sul durante o governo Lula (2003-2010)? Dessa forma, argumentamos que a criação do canal TV Brasil *Integración* refletiu os objetivos centrais da política externa brasileira no período, de promover e consolidar a

[2] Comentário no programa Conversa com o Presidente de 1 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hdO7rsLTM4g> Acesso em: 3 de julho de 2024

integração sul-americana, ao investir na intermediação cultural voltada para o fortalecimento dos laços culturais e na construção de uma compreensão mútua entre os países da região; e fortalecer o protagonismo regional do Brasil nesse processo. No entanto, o projeto revelou-se vulnerável às mudanças de governo e à percepção de que a projeção internacional do Brasil obteve maior sucesso em níveis globais do que no âmbito regional. Isso resultou em um redirecionamento das prioridades do país, com a busca por novas regiões e agendas de maior relevância estratégica para os objetivos de política externa do governo.

O artigo está estruturado em quatro seções principais. Na primeira, discutimos os conceitos de diplomacia cultural e política externa cultural, estabelecendo os fundamentos teóricos do estudo. A segunda seção oferece um panorama histórico sobre a diplomacia cultural e a política externa cultural no contexto brasileiro, destacando sua evolução ao longo do tempo. Na terceira seção, abordamos brevemente a trajetória da televisão pública no Brasil, contextualizando sua relevância como ferramenta de comunicação e projeção internacional. Por fim, na quarta seção, analisamos o processo de internacionalização da televisão pública brasileira por meio do canal TV Brasil *Integración*, investigando como sua criação e operação se alinharam aos objetivos de política externa do país durante o período em questão.

A cultura como instrumento de política externa: reflexões sobre diplomacia cultural e política externa cultural

A política externa engloba as decisões e ações adotadas por uma nação para proteger seus interesses, estando diretamente ligada à necessidade de engajamento no cenário internacional para promover e alcançar seus objetivos nacionais (ALTEMANI, 2008). Nesse contexto, a política externa pode cumprir diversos objetivos internos e externos, como a garantia da segurança nacional, o impulso à economia, comércio, turismo, parcerias de cooperação, a promoção do desenvolvimento e também a difusão da cultura.

Segundo Paschalidis (2009), as pesquisas sobre políticas culturais têm dado pouca atenção ao campo da política externa. No entanto, os investimentos estatais na promoção de institutos culturais nacionais em outros países são exemplos

significativos de como a cultura pode ser instrumentalizada como ferramenta para promover entendimentos mútuos e, principalmente, melhorar a imagem de um país no exterior. Instituições como a Aliança Francesa, o Instituto Confúcio, o British Council e o Instituto Goethe desempenham um papel estratégico, funcionando como instrumentos políticos dentro dos processos da política cultural externa.

A difusão da cultura como recurso para a realização de interesses nacionais tornou-se parte das estratégias de vários países no final do século XIX, com a França se destacando como pioneira. Exemplos desse processo incluem os fluxos migratórios de países como França e Itália, que geraram a criação de um sistema de ensino no exterior, base para as políticas culturais subsequentes. Tal ponto relaciona-se com o que Lessa (2002, p.15) chamou de política cultural externa:

> Por política cultural externa se compreende o conjunto de ações planejado para, a longo prazo, amparar e/ou fomentar a difusão e venda dos produtos culturais no exterior. Da língua nacional ao produto de luxo, do produto cultural por excelência- o livro- às obras artísticas alçadas ao patrimônio cultural nacional – teatro, ópera, balé, música, exposições de obras de arte, cinema. A política cultural visa igualmente estabelecer cooperações técnicas e científicas, intercâmbios e acordos universitários, difundir autores ou ideias por meio de conferências, seminários ou cursos, organizar comemorações internacionais (por exemplo 1492, 1500) e eventos de caráter transnacional: exposições internacionais, feiras de livros, festivais internacionais, exposição de arte de caráter itinerante etc. A política cultural não se realiza sem a autorização, o acordo e o apoio (político e/ou econômico) do Estado, quando não é francamente planificada, dirigida e subvencionada pelo mesmo (LESSA, 2002, p.15).

Neste artigo, entendemos que esforços para promover a imagem de um país por meio da produção audiovisual e da internacionalização midiática, com o objetivo de promover interesses como a integração regional, estão alinhados à política cultural externa de um país. A integração regional, nesse contexto, pode ser vista como um objetivo central da política externa, refletindo uma estratégia de cooperação e influência entre as nações da região. Analisamos a televisão como um instrumento cultural estratégico para a política externa, considerando a difusão da TV Brasil no exterior como uma forma de política cultural externa do governo Lula. Um canal de televisão, ao ser implementado no setor de radiodifusão internacional, pode promover a interatividade com emissoras, órgãos políticos, produtores e, principalmente, com audiências internacionais (ZHU, 2022). Se for público ou estatal, esse canal pode fortalecer a conexão do país com o cenário global e promover internacionalmente seus valores e atrativos culturais (ZHU, 2022). Assim, a TV Brasil

surge como uma ferramenta da diplomacia cultural para promover os interesses da política externa do Brasil.

Outro conceito relevante para essa dinâmica é a diplomacia cultural. A diplomacia cultural, cujo conceito remonta ao século XIX, consolidou-se como uma expressão da identidade nacional voltada para um público internacional (CLARKE, 2020). De acordo com Clarke (2020), a diplomacia cultural é um campo político em que os países mobilizam seus recursos culturais para apoiar os objetivos diplomáticos e de política externa. Nesse contexto, ela pode superar a desconfiança do público em relação às mensagens oficiais, fortalecendo a reputação nacional (MARK, 2009).

Para Lessa (2002, p. 17), a diplomacia cultural é "a ação que promove a cultura, os programas culturais, instituições culturais ou científicas, ideias ou autores de um país". Embora, em muitos casos, a diplomacia cultural não tenha como objetivo imediato a promoção direta do país ou de sua política externa, ela pode ser instrumentalizada para esses fins, mesmo que seus efeitos não sejam imediatos. Ademais, a diplomacia cultural não se limita à promoção da imagem de um país no exterior. Ela também contribui para outras dinâmicas, como melhorar a segurança nacional e a posição internacional de uma nação, influenciando a opinião pública e os governos a apoiarem determinados países. Isso pode aumentar a credibilidade do país, fortalecer a confiança do público externo e criar meios de cooperação que superem as diferenças políticas entre nações (ANG et al., 2018).

A relação entre diplomacia cultural e diplomacia pública merece atenção. Embora o conceito de diplomacia cultural seja mais antigo, ambas são essenciais para esta pesquisa. A diplomacia pública, uma forma moderna de diplomacia, utiliza as mídias para tornar as práticas diplomáticas mais visíveis ao público, sendo fundamental para que os países conquistem a simpatia e o respeito das opiniões públicas estrangeiras, criando um ambiente favorável para suas políticas externas (RAMAPRASAD, 1983; METZL, 1999). Em um sistema internacional onde o conhecimento público sobre diplomacia se expande, a diplomacia cultural ajuda a promover uma maior compreensão sobre o país e sua política externa, fornecendo conteúdos como expressões criativas, ideias e informações (SCHNEIDER, 2006). Portanto, as políticas culturais externas se tornam um elemento relevante na construção da imagem de um país no cenário internacional.

Breves reflexões sobre a história da dimensão cultural na política externa brasileira

A diplomacia cultural brasileira surgiu no século XX, a partir da década de 1920. Esse período marcou o momento em que o Brasil começou a participar das ações do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) em 1925 (DUMONT; FLÉCHET, 2014). O Brasil criou uma comissão voltada para a cooperação intelectual, que passou a ser administrada pelo Itamaraty. Élysée Montarroyos, responsável pela intermediação entre o Itamaraty e esse instituto, percebeu que sua atuação no IICI poderia ser estendida para uma missão de propaganda do país na Europa (DUMONT; FLÉCHET, 2014). Assim, Montarroyos buscava assumir o papel de agente cultural, ou seja, um representante do país no exterior para promover as ideias e os movimentos do Brasil (LESSA, 2002).

A partir da ideia de Montarroyos, foi instituído em 1934 o Serviço de Expansão Intelectual e em 1937, o Serviço de Cooperação Intelectual. O primeiro voltado à uma propaganda discreta dos valores literários do Brasil no exterior e o segundo buscava minimizar as insuficiências do primeiro, visando uma campanha de propaganda e cooperação intelectual do país mais intensa no exterior (DUMONT; FLÉCHET, 2014).

Durante a década de 1930, já sob o governo Vargas (1930-1945), a diplomacia cultural no Brasil se consolidou e passou a contar com um projeto voltado para a promoção de uma percepção positiva do país no cenário internacional por meio da cultura, além de construir uma política cultural direcionada aos países de maior interesse para a política externa brasileira, como os Estados Unidos (DUMONT; FLÉCHET, 2014; NEPOMUCENO, 2016). Entretanto, a dimensão cultural estava "dispersa entre muitos ministérios; confusa quanto às atribuições de cada um dos organismos dela encarregados; e submissa às inimizades incentivadas pela composição muito heterogênea do governo Vargas" (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.207).

No entanto, Nepomuceno (2016) explica que foi no governo Vargas que se elaborou pela primeira vez um plano de diplomacia cultural para a América Latina. Antes disso, ocorriam apenas alguns poucos intercâmbios culturais entre o Brasil e a região, mas esses intercâmbios atendiam a demandas específicas. Já no governo Vargas, foi estabelecido um programa de cooperação cultural com a América Latina,

conhecido como "Missão Cultural Brasileira". Esse programa tinha como instrumento central um projeto pedagógico, que buscava ensinar português, cultura brasileira e conhecimentos gerais sobre o país, com o objetivo de gerar interesse e criar uma visão positiva do Brasil (NEPOMUCENO, 2016). O interesse do governo Vargas pela América Latina não era por acaso, pois Vargas justificava suas ações políticas como uma medida para colocar o país no caminho do desenvolvimento econômico e das reformas sociais. Nesse contexto, a opinião pública internacional também precisava ser convencida de que as medidas e ações autoritárias de seu governo eram o caminho mais benéfico para o Brasil (NEPOMUCENO, 2016).

Além disso, foi também durante o período Vargas que o Itamaraty começou a criar centros de estudos brasileiros e institutos culturais no exterior para ensinar o idioma e promover as atratividades culturais do país nas Américas e na Europa. Nessa conjuntura, espetáculos cênicos brasileiros eram encenados no exterior e obras literárias brasileiras foram apoiadas pelo Itamaraty para publicação internacional, como alguns livros de Jorge Amado, que por consequência disso, viraram radionovelas em outros países posteriormente (NOVAIS, 2014).

Após a era Vargas, a diplomacia cultural continuou a ser utilizada como recurso de política externa. Mesmo com mudanças em relação a importância de tal diplomacia em determinados governos, destacam-se a continuidade dos projetos de ensino de português, a exposição de artistas brasileiros e os concertos musicais no exterior, como os da bossa nova (RIBEIRO, 2011; NOVAIS, 2014). Em relação a esse último ponto, a Bossa Nova, associada à presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi um símbolo de modernidade e cosmopolitismo que refletia as políticas desenvolvimentistas do período, especialmente o projeto de modernização do Brasil. A música representava a nova imagem do país, alinhada com o otimismo e a ideia de um Brasil em pleno desenvolvimento.

Ainda no contexto dos anos de 1950 é importante ressaltar que a integração da cultura popular com a promoção da imagem do país internacionalmente sofreu pontos de tensão. Afinal, a diplomacia cultural tem como objetivo apresentar uma determinada imagem que ia de encontro com um Itamaraty elitizado, aristocrático e branco. Em 1959, por exemplo, o Ministério recusou a inscrição do filme franco-brasileiro *Orfeu Negro* na seleção brasileira para o Festival de Cannes de 1959. A produção era interpretada por atores negros das favelas do Rio de Janeiro, o que

suscitaria uma imagem não necessariamente condizente com os objetivos da política externa do período (DUMONT; FLÉCHET, 2014). Tais elementos foram se modificando no decorrer dos anos.

A partir do final dos anos 1950, o Itamaraty iniciou ações para divulgar a música brasileira no exterior, com foco na Europa, América do Norte e, nos anos 1960, também na África, dentro da Política Externa Independente (PEI). Uma das principais iniciativas foi o financiamento de programas de rádio, como "Aquareles du Brésil", transmitido pela Radiodifusão Francesa entre 1957 e 1975. Nos anos 1960, o Itamaraty também participou de grandes projetos como o "New Brazilian Jazz" no Carnegie Hall e o Festival Internacional da Canção do Rio de Janeiro (FIC), o que ajudou a promover a música brasileira e fortalecer a imagem do país internacionalmente até 1964 (FLÉCHET, 2013).

Além disso, a PEI, lançada pelo presidente Jânio Quadros em 1961, visava desenvolver relações bilaterais com os novos Estados da África Ocidental e Meridional, destacando as afinidades étnicas e históricas entre o Brasil e a África (DUMONT; FLÉCHET, 2014). Essa política foi retomada no início dos anos 1970 com o objetivo de assegurar os interesses econômicos do Brasil no continente africano. Na década de 1970, o Ministério das Relações Exteriores lançou um "programa de cooperação cultural entre o Brasil e os países africanos", em colaboração com o Ministério da Educação, o governo e a Universidade Federal da Bahia, prevendo a criação de um Museu Afro-brasileiro em Salvador, o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa sobre a cultura afro-brasileira, além da acolhida de estudantes e professores africanos (DUMONT; FLÉCHET, 2014).

Durante o período militar (1964-1985), ocorreram algumas iniciativas isoladas de diplomacia cultural, como um apoio do Ministério das Relações Exteriores para a comercialização do cinema brasileiro na América Latina na década de 1970 e à incursões internacionais de artistas brasileiros, como a companhia de dança *Ballet Stagium* à capitais latinas em 1979 (RIBEIRO, 2011). O governo militar criou uma Política Nacional de Cultura, com diretrizes que orientavam a cultura no país, posicionando-a como uma questão de segurança nacional. Além de defender a valorização nacional, a política buscava compor uma identidade nacional por meio de símbolos culturais específicos, como patrimônios referentes à colonização portuguesa

e o esporte como um condutor do desenvolvimento brasileiro (OLIVEIRA, 2012; SANTOS, 2019).

Com o fim do governo militar e a redemocratização do país, a diplomacia cultural também passou por mudanças significativas. Durante o governo Sarney (1985-1990), houve alguns desenvolvimentos importantes na área cultural no âmbito interno brasileiro, como a criação do Ministério da Cultura e a implementação da Lei Sarney, que introduziu o mecanismo de financiamento da cultura por meio de isenções fiscais. Essas novas dinâmicas tiveram impacto na diplomacia cultural, por meio das cooperações entre o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores (TORRESINI et al., 2018). Além disso, foi um período em que a questão cultural passou a ser um assunto usual nos discursos presidenciais, que passou a defender a ideia de que o Brasil buscava a interação com outras culturas.

> Ninguém pode ser uma potência de qualquer natureza, sem ser uma potência cultural (...) Se conseguirmos ajudar, didaticamente, o povo brasileiro a se tornar responsável ele próprio, diretamente e sem maiores entraves burocráticos, por sua Arte e **por sua Cultura,** por sua criação e por sua memória, ficando o Estado apenas como regulador do processo, corrigindo distorções e onde houver e ajudando as áreas e os produtores culturais mais carentes, estaremos mudando a mentalidade da sociedade brasileira. Estaremos inserindo a sociedade brasileira no conjunto das sociedades industriais modernas. Conjunto de sociedades onde o Saber, a Arte e a Cultura têm um lugar tão importante (SARNEY, 1986, grifo nosso).

> De grande valor têm sido as contribuições que as Conferências Interparlamentares Europa-América Latina têm trazido ao diálogo político entre nossos Continentes. Esse diálogo tem assumido proporções crescentes, transcendendo a esfera dos interesses parlamentares e legislativos para inscreverse no universo mais amplo das relações econômicas entre a Europa e a América Latina, da **cooperação científica, técnica e cultural** e da própria experiência da integração regional. É a diversidade de experiências e de pontos-de-vista na prática democrática de cada país que torna possível um encontro como este. Não há fórmula a apresentar. Cada povo procura em suas tradições, em seus anseios e em suas vocações o caminho apropriado para viver a sua democracia (SARNEY, 1985, grifo nosso).

Outro aspecto a ser destacado sobre esse governo são os enfoques da política cultural brasileira, como a atenção voltada para os países lusófonos, a discussão sobre o desenvolvimento da imagem de um Brasil plural e a criação de uma abordagem mais ampla para a cultura como instrumento de inserção internacional do país, na qual não só o Estado, mas também a produção cultural da sociedade civil, desempenhava um papel importante (TORRESINI et al., 2018).

No governo Collor (1990-1992), o setor da cultura passou por uma retração que começou a ser revertida nos governos de Itamar Franco (1992-1995) e Fernando

Henrique Cardoso (1995-2003). Este último caracterizou-se por uma gestão da área cultural marcada por cinco elementos: 1) ações centradas no mercado; 2) ingresso em fóruns internacionais e criação de instrumentos de cooperação; 3) monopólio do Ministério das Relações Exteriores na elaboração e condução da política cultural brasileira; 4) poucos investimentos destinados ao departamento cultural do Ministério das Relações Exteriores; 5) centralidade em ações voltadas ao intercâmbio linguístico e ao resgate documental (MARIÉ, 2017).

A gestão de FHC promoveu algumas características que também marcaram posteriormente o governo Lula, como as ações diplomáticas com os parceiros tradicionais do Brasil, a busca por maior aproximação com os países sul-americanos e lusófonos, e uma atuação ativa em fóruns multilaterais. No entanto, existiram distinções importantes entre as duas gestões, sendo uma delas essencial para o projeto da *TV Brasil Integración* no governo Lula – a diversidade. Enquanto o governo FHC não permitiu a produção de uma cultura com expressões mais abrangentes da conjuntura brasileira (BIJOS; ARRUDA, 2010) e uma inserção dessas produções no cenário internacional (LESSA, 2012), a diversidade e a projeção internacional do Brasil foram de grande relevância para a gestão de Lula (MARIÉ, 2017).

Diplomacia Cultural no governo Lula (2003-2010)

Durante o governo Lula, a tradição brasileira de diplomacia cultural, marcada pelas características de senso de oportunidade, criatividade e ousadia "ganhou maior importância estratégica, poder de ação e eficiência em sua missão de promover internacionalmente a cultura e imagem do Brasil" (FREITAS, 2023, p.14). Segundo Lessa, Saraiva e Mapa (2012, p.105), o papel da cultura:

> ...foi redimensionado e assumiu uma tripla funcionalidade: ao criar vínculos de identidade e reconhecimento de raízes, fortaleceu os blocos regionais e a aproximação com países e regiões estratégicas ao desenvolvimento da cooperação Sul-Sul; no plano interno, esse processo promoveu a almejada inclusão social, ao ampliar o marco das representações culturais dignas de "exportação" e assim expandir a economia da cultura; no plano externo, propiciou a inserção internacional, ao defender o pluralismo cultural contra a ameaça da homogeneização cultural; e do ponto de vista econômico, a chamada indústria criativa se adequou perfeitamente aos anseios de aumento da pauta de exportação nacional.

O discurso presidencial do governo Lula evidenciava uma preocupação em considerar a cultura como um elemento fundamental na busca pelo desenvolvimento

e na luta contra a desigualdade social. No discurso de posse Lula já ressaltava "cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos" (BRASIL, 2003). Reforçou aspectos da cultura brasileira e enfatizou a necessidade de recuperar a identidade nacional "todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo" (BRASIL, 2003).

Observa-se que o período também foi marcado por uma tentativa de difusão da imagem de um Brasil "pacifico, aberto ao diálogo e interessado em resolver conflitos de forma a evitar o uso da força" (BILLIG; FARIAS, 2021, p.101), aspectos esses tradicionalmente enaltecidos pela literatura de história diplomática do país (RICUPERO, 2017). Portanto, um dos aspectos da diplomacia cultural brasileira durante esse período foi transmitir construir um imaginário coletivo positivo sobre o Brasil no exterior (BILLIG; FARIAS, 2021). Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil durante o governo Lula (2003-2010), ressaltou constantemente em seus discursos diplomáticos que o Brasil seria um país "pacífico e democrático", que o povo brasileiro teria uma "índole pacífica" e muitas dessas qualidades seriam atribuídas à miscigenação, um orgulho para o país (AMORIM, 2012).

A cultura foi considerada um campo estratégico para a promoção dos valores brasileiros, como tal "índole pacífica", com o objetivo de alcançar benefícios para a política externa do país. Isso incluía a cooperação com atores internacionais que possibilitassem conquistas que o Brasil dificilmente alcançaria de forma isolada (AMORIM, 2012). A difusão de uma imagem de país pacífico, aliada ao investimento na exportação da cultura brasileira, visava não apenas fortalecer os laços do Brasil com países de perfil e história semelhantes, mas também expandir relações econômicas e comerciais, abrindo caminho para novas oportunidades de negócios (AMORIM, 2018). Um exemplo notável dessa abordagem foi o uso estratégico do capital cultural afro-brasileiro nas relações diplomáticas com países africanos, o que facilitou a promoção de acordos de cooperação e parcerias em áreas como comércio, cultura e educação.

De acordo com Lessa, Saraiva e Mapa (2012, p.109), durante o governo Lula, o Ministério da Cultura participou de redes internacionais, como a Rede Internacional de Políticas Culturais (RIPC) e a Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA), e liderou iniciativas como a criação do selo MERCOSUL Cultural e da Rede Especializada de Cinema e Audiovisual do MERCOSUL (Recam). Uma ação marcante foi a fundação do Centro Internacional das Indústrias Criativas (CIIC), em 2005, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do setor cultural como parte da economia criativa. Além disso, no âmbito do Departamento Cultural do Itamaraty, destacaram-se eventos promovidos em embaixadas e centros culturais brasileiros, como apresentações musicais, exibições de filmes nacionais e outros.

A diversificação das parcerias internacionais durante o governo Lula refletiu uma forte tendência em direção à defesa da multipolaridade e ao questionamento da hegemonia estadunidense. Nesse contexto, a diplomacia cultural desempenhou um papel central na estratégia de inserção internacional do Brasil, com especial destaque para a aproximação com o Sul Global, em particular os países lusófonos e sul-americanos. Houve uma clara priorização de uma agenda que buscava diversificar parcerias e fortalecer vínculos com países em desenvolvimento, alinhando-se a nações do Sul Global em iniciativas plurais e estratégicas.

A política externa conduzida por Lula enfatizou a criação de uma ordem regional para a América do Sul, na qual o Brasil assumiria um papel central no avanço dos processos regionalização e integração regional. Entre as principais diretrizes dessa abordagem destacam-se o fortalecimento do MERCOSUL como eixo da integração sul-americana, a concepção da política externa como parte integrante do projeto de desenvolvimento nacional, a busca por maior protagonismo brasileiro no cenário global, a defesa do multilateralismo e a consolidação de parcerias estratégicas com países em desenvolvimento. Esses elementos orientaram grande parte da atuação do governo ao longo de seu mandato. Nesse contexto, o Brasil buscou revitalizar a integração regional aprofundando o seu viés político e estratégico, investindo em diversos projetos como a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no ano 2000 (ainda durante governo FHC), o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 2005, o Parlasul em 2006, a União de Nações Sul-Americanas

(UNASUL) oficialmente criada em 2008, e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) criada em 2010. Apesar da ampliação do projeto de integração regional é no âmbito do MERCOSUL, que a questão cultural foi impulsionada.

Lessa (2010) enfatiza a importância da cultura como elemento central no fortalecimento das relações sul-americanas, destacando seu papel na agenda de integração regional. No contexto do MERCOSUL Cultural, a autora observa que a primeira iniciativa institucional voltada para a área cultural surgiu na Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL, em 1995, quando os organismos culturais existentes no bloco passaram a ser formalmente denominados como MERCOSUL Cultural. No entanto, apenas em 2010 foi aprovada a criação de uma Secretaria Técnica fixa, com sede em Buenos Aires. Na XXXI Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL, realizada no Rio de Janeiro, sob a presidência pro-tempore do Brasil, também foi instituído o Fundo do MERCOSUL Cultural, consolidando avanços significativos na cooperação cultural regional (LESSA, 2010; WORTMAN; LESSA, 2020).

Assim, o Brasil buscou utilizar a cultura como um instrumento diplomático para se aproximar desses países, propagar intercâmbios e promover a solução de problemas em conjunto, principalmente dentro das instituições às quais o país participava (BILLIG; FARIAS, 2021). Esse aspecto teria ajudado o Brasil a construir e fortalecer laços com outros países, sobretudo os países da região, em uma estratégia de integração regional (BILLIG; FARIAS, 2021).

A diplomacia cultural brasileira assumiu um papel estratégico na construção de uma imagem positiva do Brasil no cenário internacional, indo além da simples participação do país em organismos multilaterais. Expressões da cultura popular, como o carnaval, a música, o folclore, a gastronomia e a reconhecida hospitalidade brasileira, foram utilizadas como ferramentas diplomáticas. Essas manifestações culturais desempenharam uma função central no fortalecimento do prestígio internacional do Brasil, na promoção de vínculos com outros países e no avanço dos interesses da política externa nacional (BILLIG; FARIAS, 2021).

Dentre as iniciativas destacadas, sobressai-se a realização de eventos de grande porte, como o “Ano do Brasil na França” (2005), que teve como objetivos promover o rico patrimônio cultural brasileiro, identificar convergências de

interesses com outras nações, consolidar a identidade nacional e desconstruir estereótipos associados ao país (BILLIG; FARIAS, 2021). O êxito dessa experiência inspirou novas ações culturais no exterior, como a Copa da Cultura na Alemanha (2006), as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa (2008) e o Ano da França no Brasil (2009), consolidando a cultura como elemento-chave na projeção internacional do Brasil.

A diplomacia cultural brasileira durante o período Lula também se expressou de outras formas, como a facilitação ou isenção de vistos para determinados países com a finalidade de facilitar os intercâmbios culturais e pelo próprio perfil de política externa de Lula, marcado pela diplomacia presidencial, com diversas viagens e participações ativas em eventos internacionais, como cúpulas, debates e organizações regionais, gerando diversas oportunidades para o Brasil apresentar não somente a sua cultura, mas também os seus valores políticos (BILLIG; FARIAS, 2021). É em meio a esse cenário que podemos inserir o debate sobre a internacionalização da TV pública brasileira, como parte de um movimento de aproximação com os países sul-americanos e fortalecimento da integração sul-americana.

A história da TV pública no Brasil e o seu processo de internacionalização no governo Lula (2003-2010)

A primeira experiência de radiodifusão pública no Brasil foi a Rádio Nacional, fundada na década de 1930 com apoio financeiro do governo de Getúlio Vargas, afeiçoado pela rádio como veículo comunicacional (DINIZ, 2013). Inicialmente a Rádio Nacional não era de caráter público, mas em 1940, o conglomerado que administrava a Rádio Nacional apresentou problemas financeiros, levando a Rádio Nacional a ser incorporada ao patrimônio da União (BERTOLLI FILHO, 2006). A Rádio Nacional tornou-se a principal emissora de rádio brasileira e a porta-voz do presidente da República, as ideias de Vargas eram adotadas pela rádio porque homens de confiança do mesmo estavam à frente da direção da rádio (BERTOLLI FILHO, 2006).

Em relação à televisão, as primeiras TVs públicas foram canais educativos instaurados durante o período militar[3]. O primeiro canal educativo do Brasil foi a TV Universitária de Pernambuco, em 1967. A legislação brasileira definiu as primeiras experiências de televisão pública no país como serviços de televisão educativa a serem explorados pela União, estados, territórios, municípios, universidades e fundações, cujos objetivos seriam a divulgação de programas educacionais (TORRES, 2009). Entre 1967 e 1974, nove emissoras educativas foram criadas e entre essas seis eram vinculadas às secretarias estaduais da Educação ou da Cultura, como a TV Cultura de São Paulo e as outras três estavam associadas ao Ministério da Educação (PIERANTI, 2006). Em 1972, o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Teleducação, voltado à coordenação das atividades de educação televisiva do país e utilizado para difundir a política educacional do governo militar por meio da TV pública (PIERANTI, 2006). Assim, a formação dos canais de TV e estações educativas nesse período tinham um caráter governista, que segundo Bucci (2008), buscavam formar pilares para combater a "subversão". Além disso, foi também no período militar que surgiu a Radiobrás, a empresa pública que geriu as emissoras de Rádio e TV da União desse período até 2008.

O Itamaraty durante o período militar foi responsável pelo intercâmbio de programas da TV pública brasileira com canais do exterior. Em 1975, o Itamaraty assinou um acordo com a Rádio-Televisão Cultura (RTC), com o objetivo de difundir programas brasileiros no exterior, além de intermediar vínculos entre a RTC e emissoras internacionais para a criação de co-produções (RIBEIRO, 2011). Na década de 1980, o Itamaraty firmou um acordo com o Ministério da Educação para receber da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVE) cópias de documentários e vídeos educativos, os quais foram posteriormente enviados aos Centros de Estudos Brasileiros no exterior (RIBEIRO, 2011). Como resultado dessa iniciativa, diversas estações de televisão latino-americanas passaram a exibir produções audiovisuais brasileiras que abordavam temas sobre o país nos anos subsequentes.

[3] Valente (2009) explica que foram nos governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964) que nasceu o projeto de canais de TV educativos, no qual entre os objetivos estava a reserva de canais para a televisão educativa. Apesar desse projeto de canais educativos somente ter sido concretizado no governo militar, ajudou a formar bases relevantes, como o início das transmissões de programas educativos em emissoras de TV comerciais.

No final do período militar, na década de 1980, observou-se um abandono do projeto educativo da televisão pública, com os canais adotando um perfil mais generalista. Essa mudança refletiu a ausência de um planejamento estratégico mais consistente por parte dos órgãos governamentais responsáveis, em um contexto de crescente polarização política (VALENTE, 2009). Nesse cenário, houve investimentos em novos formatos de programação para a TV pública, com o objetivo de ampliar sua competitividade. Entre as iniciativas destacam-se programas infantis e de entrevistas, como o *Sem Censura* (TVE, 1985-presente). Assim, a década de 1980 marcou um ponto de inflexão significativo na evolução da televisão pública no Brasil.

A década de 1990 representou o desmantelamento da TV pública no Brasil, uma consequência do sucateamento das estruturas de comunicação no âmbito federal que vinha ocorrendo desde o fim da década de 1980 (VALENTE, 2009). Nesse período, a maioria das emissoras e empresas públicas relacionadas à comunicação foram fechadas. O procedimento de desmonte iniciado no governo Sarney (1985-1990), foi continuado durante o governo Collor (1990-1992) e também marcou uma inconsistência do projeto da TV pública no país, algo que permaneceu até o governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse discurso foi marcado por ideários neoliberais e as emissoras públicas precisaram se articular para garantir a sobrevivência (BUCCI, 2008; VALENTE, 2009).

Ao assumir a presidência do Brasil em 2003, Lula iniciou uma nova fase para a televisão pública brasileira, revertendo o processo de desmonte das estruturas governamentais de radiodifusão que havia caracterizado os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Essa mudança deu início a um processo de reorganização das estruturas de comunicação mantidas ou vinculadas ao governo federal (VALENTE, 2009). Entre as ações mais significativas desse período, destaca-se a reestruturação da Radiobrás, que incluiu a revisão de sua missão, projeto de comunicação pública e diretrizes estratégicas (VALENTE, 2009).

O objetivo principal da reestruturação da Radiobrás foi transformar seu perfil de uma entidade voltada à propaganda governamental e ao atendimento de interesses políticos para uma empresa orientada à produção e difusão de informações voltadas às necessidades e demandas da população (VALENTE, 2009). Dessa forma, após um período de ausência de um projeto claro para a televisão pública no país, o governo

Lula foi responsável por delinear e consolidar os objetivos de atuação das emissoras de televisão e estações de rádio pertencentes à União.

Entretanto, as limitações orçamentárias iniciais inviabilizaram investimentos significativos em produções audiovisuais inéditas para os canais de TV públicos, especialmente para a TV Nacional, o maior canal da televisão pública brasileira à época, no ar desde a década de 1960. Nesse contexto, o único programa original lançado durante esse período foi o *Diálogo Brasil* (TV Nacional, 2004-2018), criado em 2004 e voltado para a discussão de temas relevantes da conjuntura nacional, enquanto a maior parte da programação do canal continuou sendo composta por conteúdos reaproveitados de outros canais públicos (VALENTE, 2009).

Todavia, mesmo diante dessas limitações, a Radiobrás conseguiu implementar iniciativas importantes, como a criação da *TV Brasil Integración* em 2005, que representou o primeiro projeto de internacionalização da TV pública brasileira. Esse marco se consolidou como uma das grandes iniciativas de diplomacia cultural promovidas pelo governo Lula, especialmente voltada para fortalecer os laços culturais e políticos com a América Latina durante o período.

A internacionalização da TV pública brasileira por meio do canal *TV Brasil Integración*

O canal *TV Brasil Integración* foi a primeira experiência de radiodifusão internacional brasileira de caráter estatal (NAPOLITANO; DA SILVA SANTOS, 2017). Em setembro de 2004, o presidente Lula assinou um decreto instituindo um Comitê Gestor que formulasse uma proposta de serviço televisivo voltado ao exterior. Esse comitê era formado por um representante da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, um do Ministério das Relações Exteriores, um da Radiobrás, um do Senado Federal, um da Câmara dos Deputados e um do Supremo Tribunal Federal (AGÊNCIA SENADO, 2004; NAPOLITANO; DA SILVA SANTOS, 2017).

O secretário da Comunicação Social da Câmara, Márcio Araujo, declarou que essa parceria era inédita e uma prova da maturidade institucional do Brasil, além disso, destacou a importância de uma TV pública internacional para o país:

> O Brasil, no exterior, ou é desconhecido, ou é conhecido apenas por estereótipos, como o do país do futebol, o do país do samba, do turismo

> sexual, da violência, dos atentados ao meio ambiente e dos maus tratos a crianças. É preciso mostrar também o outro lado do Brasil, o das belezas naturais, da cultura riquíssima, da pesquisa científica, do debate acadêmico de alto nível, e da própria busca incessante para resolver suas mazelas históricas (ARAUJO, 2004)[4].

O cronograma de implementação do canal estabelecia como prioridade inicial os países membros do MERCOSUL, seguido pela inclusão de quatro nações da América Latina e países de língua portuguesa. Contudo, essa programação estava sujeita a modificações, caso surgissem oportunidades de inserção em outros países que não estavam originalmente contemplados no plano estratégico. Além disso, a programação da *TV Brasil Integración* visava à disseminação de informações abrangentes sobre os países sul-americanos, incluindo temas como história, política, economia, sociedade, cultura, entre outros (AGÊNCIA SENADO, 2004). Nesse contexto, observou-se uma associação estratégica com a Telesur, a emissora estatal venezuelana criada em 2005, cuja proposta era a transmissão de conteúdos voltados para a América Latina, com ênfase na construção da integração regional e da identidade latino-americana (NOGUEIRA; RIBEIRO, 2013). Esse cenário gerou comparações entre ambas as emissoras, que surgiram simultaneamente e compartilham objetivos semelhantes: um foco direcionado ao público sul-americano, com a finalidade de fortalecer o processo de integração regional e promover o intercâmbio de informações entre os países (AGÊNCIA BRASIL, 2005).

Do ponto de vista regional, a Venezuela desempenha um papel central no processo de integração, não apenas na América do Sul, mas também na América Latina. No século XXI, Caracas passou a buscar influenciar a distribuição do poder regional, atuando ativamente nos processos de integração em diferentes níveis. Nesse contexto, o país patrocinou novos mecanismos de integração, como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), com o objetivo de estabelecer uma lógica inovadora de integração regional. Além disso, aderiu ao MERCOSUL após a retirada da Comunidade Andina (CAN), em uma decisão geoestratégica que, na visão venezuelana, alinharia o país com o eixo "progressista" da América do Sul, consolidando-se como uma potencial liderança ou, ao menos, uma espécie de *hub* capaz de conectar a América Latina.

[4] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2004/09/30/lula-ja-assinou-decreto-que-cria-comite-gestor-para-tv-brasil-internacional-que-vai-divulgar-o-brasil-no-exterior. Acesso em: 13 jul. 2024.

Retomando a questão da cultura e da televisão, é importante destacar que iniciativas como o canal *Integración* e a Telesur adquiriram relevância no contexto do MERCOSUL, uma vez que, dentro desse bloco, as questões culturais frequentemente eram negligenciadas. Embora o MERCOSUL inclua componentes culturais, como as reuniões entre Ministros da Cultura dos países membros, que visam fortalecer a cultura como promotora de valores democráticos e boas relações entre os países do bloco (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2024), suas prioridades tendem a se concentrar nos aspectos comerciais do projeto de integração (SOARES, 2008). Nesse sentido, esses canais culturais desempenhavam um papel que não recebia a devida atenção nas discussões e nos projetos de integração até então, como a busca por um maior compartilhamento dos patrimônios culturais dos países membros e a promoção da cultura como um instrumento de cooperação e construção de confiança entre os povos sul-americanos (SOARES, 2008).

O canal *TV Brasil Integración* entrou ao ar pela primeira vez entre 26 e 31 de janeiro de 2005, para realizar a transmissão do 5º Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre (AGÊNCIA SENADO 2005). Entretanto, foi somente em setembro do mesmo ano que o canal começou a operar de forma permanente, quando cobriu a 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações. Após a cobertura da reunião, o canal passou a transmitir uma programação diária de 4 horas, com filmes, documentários, programas jornalísticos, culturais e educativos de 7 países sul-americanos (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai) e cujo objetivo era refletir a diversidade e pluralidade da América do Sul (AGÊNCIA SENADO, 2005).

O canal iniciou as suas transmissões com diversos acordos de cooperação com instituições na América do Sul, como a própria Telesur e tais acordos ficaram à cargo do Itamaraty, que deu preferência aos países com intensa integração comercial com o Brasil, com um número considerável de imigrantes brasileiro e laços culturais com o país (AGÊNCIA SENADO, 2004; 2005). A cooperação com instituições da América do Sul e o investimento na divulgação das nações da região visavam objetivos simultâneos: (i) fortalecer os laços de integração entre os países sul-americanos por meio da disseminação e promoção do conhecimento mútuo; (ii) criar um imaginário coletivo regional que, além de celebrar a história compartilhada, posicionasse o Brasil como um verdadeiro "irmão" da América Latina, especialmente considerando sua

experiência histórica de colonização, distinta daquela vivenciada por outros países da região; e (iii) consolidar a imagem do Brasil como uma nação comprometida com o desenvolvimento de seu entorno regional, destacando-se como um potencial articulador desse processo e buscando uma posição de liderança na região. Quanto ao último ponto, apesar das significativas tentativas do Brasil de se projetar para a região, Malamud (2011) observa que retrocessos regionais recorrentes e realizações globais inesperadas levaram à reformulação de políticas, resultando na incapacidade do Brasil de traduzir seus recursos estruturais e instrumentais em efetiva liderança.

O canal *Integración* realizou a cobertura jornalística em espanhol de diversos eventos de interesse para os países sul-americanos, como o Terceiro Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL, em 2005 e o 6º Fórum Social Mundial, realizado na Venezuela em 2006. A partir de 2006 o canal passou a veicular uma programação de 24 horas diárias, com boletins informativos e programas produzidos por parceiros nacionais e de outros países sul-americanos (BERÇOT, 2006). Ademais, as parcerias do canal incluíam diversos contatos na América do Sul, como emissoras públicas e privadas, operadoras por assinatura, entidades públicas como o Ministério da Cultura de países como Chile e Colômbia e entidades não-governamentais como o *Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina* (CIESPAL) (BERÇOT, 2006).

De acordo com Berçot (2006), a programação da *TV Brasil Integración* consistia em sete eixos temáticos: (i) Arte Plural, os programas que retratavam as diferentes expressões culturais da arte sul-americana; (ii) *Camiños a Descubrir*, programas voltados a apresentação de lugares e regiões sul-americanas; (iii) *Cuentos y Fotogramas*, sobre momentos históricos e a história de vida de personalidades e pessoas comuns da América do Sul; (iv) Ritmos, com apresentações musicais e depoimentos de grupos regionais e folclóricos; (v) *Ciudadanía en Foco*, sobre a iniciativa e as conquistas sociais em diferentes espaços na América do Sul; (vi) *Diálogos de la Actualidad*, debates e entrevistas sobre dinâmicas atuais, mas centrados nas questões de integração regional; (vii) *Imágenes en Movimiento*, exibia filmes, documentários e animações com o propósito de mostrar a diversidade de produções audiovisuais independentes produzidas na América do Sul. Já os programas jornalísticos incluíam *Conexión* (noticiário diário em espanhol), *América*

do Sul Hoje (noticiário em português), e *Notícias do Brasil* (noticiário semanal em espanhol).

Dentro de tais eixos temáticos, foram apresentados programas produzidos no Brasil e em outros países sul-americanos, como Argentina, Bolívia, Colômbia, Uruguai e Venezuela. A programação não era somente voltada à difusão da cultura e de informações sobre o país, mas também orientada para a disseminação de uma perspectiva a favor da integração regional difundida a partir dos discursos e da visão brasileira. Essa visão reforçava a ideia de que os países sul-americanos teriam uma rica herança histórica e cultural que deveria ser conhecida e partilhada dentro da região. Em discursos direcionados à América do Sul, Lula reforçou a lógica da cultura comum, reforçando a valorização da "diversidade de nossos povos e de nossa cultura" (LULA, 2008) e a ideia de que a "verdadeira integração se faz por meio das pessoas, e vai além dos esforços de abertura de nossos mercados. Implica na criação de uma identidade cultural e a valorização de **nossa herança comum**" (LULA, 2005, grifo nosso). Dessa forma, o título do canal não era um simples acaso, era o reflexo do posicionamento do governo Lula em prol da aproximação dos países sul-americanos.

Como a política externa do governo Lula buscava uma nova matriz de inserção internacional, aprofundar a integração com a América do Sul e aumentar as relações com a região seriam algumas das estratégias prioritárias do Itamaraty (DA SILVA; ANDRIOTTI, 2012). Em um documento de mensagem ao congresso nacional em 2003, o presidente defendeu a importância das relações com a América do Sul: "a determinação da América do Sul como prioridade do Governo substituirá o comportamento tímido e espasmódico com nossos vizinhos e o distanciamento em relação a problemas muitas vezes comuns, criando novas possibilidades de coordenação política bilateral e de atuação concertada na área internacional" (LULA, 2003, p.242)[5]. Nesse sentido, o Brasil tentou reforçar uma visão de unidade sul-americana, ao mesmo tempo que buscou angariar apoio político da região nos seus projetos de protagonismo internacional.

Segundo Saraiva (2013), durante esse período, a aproximação com os países vizinhos foi vista pelos diplomatas responsáveis pela formulação da política externa

[5] Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/mensagem-ao-congresso/pdfs/2003-defesa-nacional-e-politica-externa.pdf> Acesso em: 22 de julho de 2024.

do governo como um meio para realizar o potencial do Brasil, apoiar o seu desenvolvimento e formar um bloco com maior capacidade de influência internacional. Nesse contexto, o canal *TV Brasil Integración* emergiu como uma expressão dos objetivos do governo Lula de promover a integração regional e fortalecer as relações com os países do MERCOSUL, através de uma programação que não se limitava à divulgação do Brasil, mas também visava a estreitar os laços entre os países sul-americanos, com base na herança cultural compartilhada pela região.

Dessa forma, o canal se configurou como uma estratégia de diplomacia cultural e de política externa do Brasil, implementada em apoio aos objetivos do Itamaraty e à agenda do governo (MARK, 2009; CLARKE, 2020), particularmente no que se refere à aproximação com os países sul-americanos e ao fortalecimento do MERCOSUL como bloco.

Nesse sentido, o canal *TV Brasil Integración* não só refletia uma continuidade dos esforços diplomáticos do Brasil para estreitar laços regionais, como também se alinhava à concepção de Ang, Isar e Mar (2018), que entendem a diplomacia cultural como uma ferramenta capaz de promover a cooperação e superar as diferenças entre os países, mesmo quando originada de um único país. Ao veicular uma programação composta por produções audiovisuais de diferentes países sul-americanos, o canal contribuiu significativamente para a integração regional, promovendo o reconhecimento e a valorização do patrimônio histórico e cultural compartilhado, ao mesmo tempo em que celebrava as particularidades que caracterizam cada país da região. Assim, o canal se configurava para a construção de relações mútuas e uma maior cooperação entre os países sul-americanos (RIBEIRO, 2011).

Além disso, o eixo de programação "*Diálogos de la Actualidad*", por exemplo, trazia uma ênfase integracionista, e um dos programas desse eixo, *Diplomacia* (TV Senado, 2004-2017), apresentava análises de diplomatas, acadêmicos e debates sobre as relações internacionais contemporâneas (BERÇOT, 2006). A programação também incluia notícias sobre o Brasil e os países da região, o que permitia ao público sul-americano um melhor entendimento da diplomacia brasileira (SCHNEIDER, 2006), fortalecendo a imagem do Brasil como um ator relevante na política internacional.

Ao considerarmos que a *TV Brasil Integración* foi uma ferramenta do governo Lula via diplomacia cultural criada para atender a um objetivo específico da política externa brasileira — a defesa da integração sul-americana —, esse instrumento foi adaptado de acordo com as mudanças nas demandas diplomáticas do país. O governo Lula não se restringiu a uma agenda voltada para a América do Sul, mas também expandiu as relações brasileiras para regiões pouco exploradas, como a África e a Ásia.

A partir de 2010, o canal foi descontinuado e reestruturado para se tornar a "TV Brasil Internacional", com programação voltada à divulgação de conteúdos brasileiros, com um foco crescente nos países africanos (TOKARNIA, 2010). Nesse contexto, os países sul-americanos, que não tinham acordos de transmissão firmados no início da nova programação internacional, foram gradualmente deixados de lado. Assim, a busca pela difusão cultural do Brasil em termos de sua atuação através da TV pública internacional, passou a se concentrar mais nos países africanos, sobretudo nos países lusófonos - a TV Brasil Internacional veiculava, por exemplo, um programa chamado "Nova África".

Isso potencialmente pode significar o que Malamud (2011) já havia argumentado: embora a integração regional continuasse sendo um objetivo durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016), ela deixou de ser uma prioridade. Embora a liderança regional do Brasil tenha crescido no papel, na prática, a região é marcada por interesses divergentes e uma difícil consolidação de um projeto identitário comum. No nível global, o Brasil obteve reconhecimento como uma potência emergente, sendo reconhecido pelo G-8 e pela União Europeia. No entanto, houve um crescente descompasso entre a resistência regional e o reconhecimento global, o que levou o Brasil a adotar uma política externa mais pragmática, voltada para outros cenários geopolíticos. Nesse sentido, a percepção do governo brasileiro e do Itamaraty de que a integração regional não gerou frutos imediatos de apoio ao país possivelmente impactou para a mudança de foco, direcionando o país para a minimização da dependência regional e a consolidação de seu status global, em vez de buscar projetar-se como uma liderança na América do Sul (MALAMUD, 2011).

Considerações Finais

Enquanto a *TV Brasil Integración* foi descontinuada em 2010, a TV Brasil Internacional[6] encerrou as suas transmissões em 2017 após ser veiculada em 66 países (AGÊNCIA BRASIL, 2023). A retomada de Lula ao cargo de Presidente da República em 2023, trouxe a expectativa de uma nova empreitada internacional da TV pública brasileira, o que se confirmou com o início das transmissões online da TV Brasil Internacional para 8 países.

Assim, a internacionalização da TV pública brasileira reflete uma continuidade na diplomacia cultural dos governos Lula. Atualmente, a internacionalização da TV Brasil é justificada como um canal para fornecer informações sobre o país no exterior, especialmente para a diáspora brasileira, e para promover as atrações do Brasil a nível internacional (AGÊNCIA BRASIL, 2024), com o objetivo de fortalecer a reputação do país e divulgar sua cultura (LESSA, 2002; MARK, 2009). No entanto, embora a internacionalização da TV pública brasileira durante os dois primeiros mandatos de Lula também tenha apoiado os objetivos diplomáticos e de política externa do Brasil, ela ocorreu de forma distinta.

Neste artigo, vimos que o Brasil começou a ter recursos de radiodifusão durante a Era Vargas (1930-1945) e canais televisivos públicos durante o período militar (1964-1985), entretanto, foi somente a partir da chegada de Lula ao poder que a internacionalização dessa televisão pública passou a ser significativamente discutida no país. Em 2004, o presidente Lula instituiu um decreto que deu início a um Comitê Gestor para a criação de um serviço televisivo voltado ao exterior e dentre os representantes deste comitê o Ministério das Relações Exteriores se fazia presente (AGÊNCIA SENADO, 2004; NAPOLITANO; DA SILVA SANTOS, 2017). O Itamaraty também foi responsável pelas parcerias internacionais do canal, o que demonstrou o alinhamento desse projeto com os objetivos de política externa do países no peŕiodo (AGÊNCIA SENADO, 2004; 2005).

Em 2005, o canal *TV Brasil Integración* iniciou suas transmissões para os países sul-americanos, marcando a primeira experiência de internacionalização da TV pública brasileira, voltada à exportação e difusão da cultura do país, além de

[6] É importante ressaltar que a Radiobrás foi descontinuada em 2008, sendo sucedida pela EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), que iniciou as suas atividades em 2007 e deu seguimento tanto ao canal *Integración*, quanto às outras atividades de radiodifusão públicas federais do país. Portanto, a TV Brasil internacional é gerida pela EBC.

transmitir e criar uma imagem de região unida, por meio do fortalecimento das relações entre os países sul-americanos e da integração regional. Esse foco na América do Sul estava alinhado à agenda de política externa do governo Lula, que visava fortalecer principalmente o MERCOSUL e impulsionar as relações com os países membros dessa organização (DA SILVA; ANDRIOTTI, 2012). Nesse contexto, a TV Brasil *Integración* adotou um nome diretamente associado ao objetivo de integração regional, refletindo uma estratégia alinhada à política externa do Brasil de consolidar-se como um ator proeminente tanto no âmbito regional quanto mundial. Sua programação, não restrita a conteúdos brasileiros, incluía produções de outros países da região, promovendo não apenas a cultura nacional, mas também a herança cultural compartilhada por toda a América Latina.

Essa iniciativa de diplomacia cultural baseava-se no princípio da mutualidade (RIBEIRO, 2011), que buscava não apenas projetar o Brasil internacionalmente, mas também aproximar os países da região por meio de valores e laços culturais comuns. Contudo, ao fim do governo Lula, a estratégia começou a perder força, enfraquecendo seu papel como instrumento de integração regional. Esse canal chegou ao fim em 2010, sendo substituído pela TV Brasil Internacional, cujas transmissões tinham um enfoque na projeção de uma imagem do Brasil para o mundo. Uma possível explicação para isso é o próprio alcance do país em termos de projeção global e as dificuldades de projeção, enquanto uma potencial liderança, em nível regional. Nesse sentido, a internacionalização da TV pública brasileira passou a ter outras prioridades e, por isso, o canal foi descontinuado e um novo canal público estatal internacional surgiu com outro nome, perfil e interesse geopolítico.

Em vista disso, a mais recente iniciativa de uma nova TV Brasil Internacional deve alinhar-se aos objetivos da política externa brasileira do governo Lula, iniciado em 2023. Assim, esse novo esforço de internacionalização da televisão pública e estatal brasileira tem o potencial de oferecer contribuições significativas para a análise futura da agenda de política externa do terceiro mandato de Lula.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **EBC lança TV Brasil Internacional, canal para o público no exterior**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ebc-lanca-tv-brasil-internacional-canal-para-o-publico-no-exterior> Acesso em: 26 jul. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **EBC retomará projeto da TV Brasil Internacional em 2024**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/1561352> Acesso em: 24 jul. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Entra no ar a Telesur, canal de TV para a América Latina**. 2005. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/entra-no-ar-a-telesur-canal-de-tv-para-a-america-latina-9mqbbbcglwbu1w7vwbfdm04zy/. Acesso em: 14 jul. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Lula já assinou decreto que cria Comitê Gestor para TV Brasil Internacional, que vai divulgar o Brasil no exterior**. 2004. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2004/09/30/lula-ja-assinou-decreto-que-cria-comite-gestor-para-tv-brasil-internacional-que-vai-divulgar-o-brasil-no-exterior. Acesso em: 13 jul. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **TV Brasil Internacional já está funcionando em caráter permanente**. 2005. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/09/30/tv-brasil-internacional-ja-esta-funcionando-em-carater-permanente> Acesso em: 13 jul. 2024.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, p. 162-184, 2004.

AMORIM, Celso. A política de defesa de um país pacífico. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 27, n. 54, p. 7-15, 2012.

ANG, Ien; ISAR, Yudhishthir Raj; MAR, Phillip. Cultural diplomacy: beyond the national interest?. In: **Cultural Diplomacy: Beyond the National Interest?**. Routledge, 2018. p. 11-27.

BERÇOT, Rodrigo. **No ar**: tv brasil - canal integración. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado), Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. A construção midiática da biografia na era Vargas: Vital Brazil na Rádio Nacional. **Cadernos de História da Ciência**, v. 2, n. 1, p. 9-45, 2006.

BIJOS, Leila Maria DaJuda; ARRUDA, Verônica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Dialogos**, v. 13, n. 1, 2010.

BILLIG, Osvaldo Alencar; FARIAS, Rafaela Maria Souza. A Diplomacia Cultural no Governo Lula (2003-2011). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 5, p. 98-104, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações - Unasul. Brasília-DF, 23 maio 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Porta-Voz. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa). Palácio Itamaraty, 30 set. 2005.

BRASIL. Presidência da República. Lei Sarney de Incentivo à Cultura. Discurso do Presidente da República, José Sarney. Palácio do Itamaraty, 4 jul. 1986.

BRASIL (José Sarney). **Pronunciamento do Presidente José Sarney, por ocasião da abertura da VII Conferência Interparlamentar Europa-América Latina.** 1985. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1985/40.pdf/view> Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional**, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/mensagem-ao-congresso/pdfs/2003-defesa-nacional-e-politica-externa.pdf> Acesso em: 22 jul. 2024.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**: a guerra entre a chapa branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. São Paulo: Record, 2008.

CLARKE, David. Cultural diplomacy. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, 2020.

DA SILVA, André Luiz Reis; ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A cooperação sul-sul na política externa do Governo Lula (2003-2010). **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 14, p. 69-93, 2012.

DA SILVA, Luis Inácio. Comentário no programa Conversa com o Presidente. Apresentado por Marcos Uchôa. Rede Nacional de Rádio, Brasília, 1 de agosto de 2023. Programa de TV.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. **Uma história da TV Pública brasileira**. 2013. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DOS SANTOS, Jeaniny Silva. Os usos das instituições culturais na ditadura civil-militar brasileira: As políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional como instrumentos de fortalecimento estatal. **Revista SURES**, v. 1, n. 13, 2019.

DRAIBE, Sônia Miriam. Coesão social e integração regional: a agenda social do Mercosul e os grandes desafios das políticas sociais integradas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S174-S183, 2007.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaïs. " Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Revista Brasileira de História**, v. 34, p. 203-221, 2014.

FREITAS, Marcello. A estratégia de diplomacia cultural do governo Lula na parceria estratégica Brasil-Reino Unido: a dimensão simbólica como vetor da projeção internacional do Brasil entre 2003 e 2010| Lula Government's cultural diplomacy strategy within the Brazil-UK strategic partnership: the symbolic dimension as a vector of Brazil's international projection between 2003 and 2010. **Mural Internacional**, v. 14, p. e73700-e73700, 2023.

LESSA, Monica; SARAIVA, Miriam; MAPA, Dhiego. Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. In: PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos (Org.). **Política Externa Brasileira**: As Práticas da Política e a Política das Práticas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. p. 95-120.

LESSA, Mônica Leite. Cultura e política externa: o lugar do Brasil na cena internacional (2003-2010). In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite (org.). **A quarta dimensão da relações internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p.169-192.

LESSA, Mônica Leite. Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural / Mercosur Cultural: challenges and perspectives for a cultural policy. **Mural Internacional**, v. 1, n. 2, p. 50–58, 2010.

LESSA, Mônica Leite. Relações culturais internacionais. In: MENEZES, Lená; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). **Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 11-25.

MALAMUD, Andrés. A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 3, 2011.

MARIÉ, Solène. As políticas de diplomacia cultural nas gestões Cardoso e Lula em perspectiva comparada. In: MARCELINO, Bruno César Alves (org.). **Dossiê Cultura em Foco**: integração cultural latino-americana. Jaguarão: Editora Claec, 2017. p. 85-106.

MARK, Simon. **A greater role for cultural diplomacy**. Clingendael: Netherlands Institute of International Relations, 2009.

METZL, Jamie Frederic. Popular diplomacy. **Daedalus**, v. 128, n. 2, p. 177-192, 1999.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **56ª Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul destaca a diversidade cultural indígena**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/56a-reuniao-de-ministros-de-cultura-do-mercosul-destaca-a-diversidade-cultural-indigena#:~:text=A%2056%C2%AA%20Reuni%C3%A3o%20de%20Ministros,harmoniosa%20nas%20sociedades%20do%20bloco. Acesso em: 11 ago. 2024.

MOTTA VEIGA, Pedro; RÍOS, Sandra. **O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. Santiago: Nações Unidas - CEPAL, 2007.

NAPOLITANO, Carlo José; DA SILVA SANTOS, Augusto Junior. TV pública de âmbito internacional: uma análise comparativa entre o Brasil e Portugal. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 19, n. 3, p. 137-154, 2017.

NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. O Papel de Getúlio Vargas na elaboração de uma Diplomacia Cultural para a América Latina, após os anos 30. **II Colóquio Pensar e Repensar a América Latina**, p. 01-13, 2016.

NOGUEIRA, Silvia Garcia; RIBEIRO, Alana Maria. Telesur e a Construção Simbólica da Integração Latino-Americana durante e depois da Era Chávez. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 1, n. 3, p. 123-132, 2013.

NOVAIS, Bruno do Vale. **Caminhos Trilhados, Horizontes Possíveis**: um olhar sobre a diplomacia cultural do estado brasileiro no período de 2003 a 2010. 2014.

247 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell. Política africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma?. **Conjuntura Austral**, v. 6, n. 29, p. 29-48, 2015.

OLIVEIRA, Marcus Taborda. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Movimento**, p. 155-174, 2012.

PASCHALIDIS, Gregory. Exporting national culture: histories of Cultural Institutes abroad. **International journal of cultural policy**, v. 15, n. 3, p. 275-289, 2009.

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 91-121, 2006.

RAMAPRASAD, Jyotika. Media diplomacy: In search of a definition. **Gazette (Leiden, Netherlands)**, v. 31, n. 1, p. 69-78, 1983.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SANTOS, Jeaniny Silva. Os usos das instituições culturais na ditadura civil-militar brasileira: As políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional como instrumentos de fortalecimento estatal. **Revista SURES**, v. 1, n. 13, 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. Novas abordagens para análise dos processos de integração na América do Sul: o caso brasileiro. **Carta Internacional**, v. 8, n. 1, p. 3-21, 2013.

SCHNEIDER, Cynthia. Cultural Diplomacy: hard to define, but you'd know it if you saw it. **The Brown Journal Of World Affairs**, Providence, v. 13, n. 1, p. 191-203, 2006.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 143-184, 2015.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 51, p. 53-69, 2008.

TOKARNIA, Mariana. **EBC inaugura TV Brasil Internacional com transmissões para a África**. 2010. Disponível em: https://www.geledes.org.br/ebc-inaugura-tv-brasil-internacional-com-transmissoes-para-a-africa/. Acesso em: 18 jul. 2024.

TORRES, Rodrigo Murtinho de Martinez. Televisão pública no Brasil: estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. **Contemporânea**, [*s. l*], p. 27-39, 2009.

TORRESINI, Camila; ASSIS, Caroline; RUIZ, Karina. La diplomacia cultural en la política exterior brasileña. Un análisis comparado de dos momentos de transición matricial. **Foro internacional**, v. 58, n. 1, p. 89-130, 2018.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil**: a criação da tv brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 206 f.

Dissertação (Mestrado), Curso de Faculdade de Comunicação - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

WORTMAN, Ana; LESSA, Mônica Leite. Ecos do Mercosul Cultural: políticas, ideias e práticas (2003-2015). **Sul Global,** v. 1, n. 2, p. 127-152, 2020.

ZHU, Yanling. China's 'new cultural diplomacy'in international broadcasting: branding the nation through CGTN Documentary. **International Journal of Cultural Policy**, v. 28, n. 6, p. 671-683, 2022.

Recebido em Outubro de 2024
Aprovado em Dezembro de 2024